

DRA. FRANCIANE NOGUEIRA MONTEIRO  
ADVOGADA

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC**

**JOÃO VITOR BENTES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade n. xxxx SSP/AC, inscrito no CPF sob n. 047.891.442-32, residente e domiciliado na Rua Vitória, n. 652, Nova Esperança, CEP: 69915-232, neste ato representado por sua advogada abaixo assinada, **FRANCIANE NOGUEIRA MONTEIRO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/AC sob n. 3.769, residente e domiciliada na Rua Maranhão III, n. 762, Bairro Bosque, CEP: 69.900-574, Rio Branco/AC, conforme procuração em anexo, com endereço profissional descrito em nota de rodapé, vem, respeitosamente ajuizar

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, n. 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-205, pelas questões de fato e de direito apresentadas a seguir.

**1. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, requer os benefícios da gratuidade da justiça na sua integralidade, com esteio nos incisos I a IX, do §1º do art. 98, face sua insuficiência de recursos, conforme termo de declaração de responsabilidade e de hipossuficiência acostado, não tendo a mínima condição de arcar com o pagamento das custas, despesas processuais e os honorários advocatícios, conforme reza o art. 98 e 99, do Código de Processo Civil.

**2. DA INEXISTÊNCIA DE E-MAIL**

DRA. FRANCIANE NOGUEIRA MONTEIRO  
ADVOGADA

A parte informou não possuir endereço eletrônico, destarte, não há infringência ao inciso II, na forma do § 3º do art. 319 do Código de Processo Civil.

### 3. DOS FATOS E DOS DIREITOS

O requerente foi vítima de acidente automobilístico na data de 29 de março de 2018, conforme boletim de ocorrência anexo, na cidade de Rio Branco/AC.

Na ocasião, o autor sofreu traumatismo do membro inferior esquerdo, mais precisamente ruptura exposta do tendão quadriciptal do lado esquerdo, conforme laudo médico em anexo. Com o acidente, o autor ficou com sequelas e debilidade permanente de membro ou função com as seguintes: LIMITAÇÃO EM MOVIMENTOS DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, conforme documentos.

O autor postulou administrativamente o recebimento do DPVAT por invalidez permanente, entretanto, o pagamento foi negado pela requerida e não foi oferecido ao requerente acesso aos critérios utilizados que geraram a negativa de concessão do seguro, o que se demonstra, claramente, cerceamento de direitos.

Outrossim, o art. 5º da Lei nº 6.194/74 determina que o pagamento da indenização deve ocorrer mediante simples prova do acidente e do dano ocorrido, o que não ocorreu, já que o autor teve seu direito legalmente garantido negado.

Assim, vê-se necessária a realização de perícia médica por profissional imparcial indicado por este juízo, de forma a serem aferidas com exatidão o grau das lesões sofridas pelo autor.

O site da Seguradora ré define invalidez da seguinte maneira:

“Considera-se invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando

DRA. FRANCIANE NOGUEIRA MONTEIRO  
ADVOGADA

resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável ao fim do tratamento médico (alta definitiva). A invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte”.

O art. 3º da Lei nº 6.194/74 assim entende:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Tendo em vista que o autor não recebeu pelas vias administrativas o que lhe é garantido legalmente, é tempestiva a alternativa em socorrer ao Poder Judiciário para exigir da requerida a devida indenização pelas sequelas ocasionadas pelo acidente.

#### 4. DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer a parte autora:

a) A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, visto que o Requerente não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme faz prova declaração de pobreza anexa;

*Endereço: Rua Maranhão III, 762, Bosque, CEP: 69.900-574  
Tel.: (68)99966-7464, email: franmonteiro.adv@gmail.com*

DRA. FRANCIANE NOGUEIRA MONTEIRO  
ADVOGADA

b) A citação da requerida para, se quiser, responder aos termos da presente sob pena de revelia, contudo, DISPENSA A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º, CPC;

c) A condenação da requerida ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT no valor de R\$13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais), na forma das Leis nº 11.482/07 e nº 6.194/74;

d) A condenação da requerida ao pagamento de juros, correção monetária no que couber, a partir da data do acidente;

e) Que a reclamada seja condenada ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência, sendo estes estabelecidos por V. Excelência;

f) Que V. Exa., caso julgue necessário, designe e nomeie o perito médico deste douto juízo para avaliar as lesões sofridas pelo autor;

g) Com foco na celeridade processual, o recebimento dos quesitos a serem respondidos, nos termos do art. 465, CPC;

h) O deferimento de todos os meios de prova permitidos em direito, inclusive os documentos já anexados.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00, (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Rio Branco/AC, 20 de agosto de 2019.